

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação a fatos contábeis e respectivas variações e avaliações dos componentes patrimoniais, julgue os itens a seguir.

- 51 Considere que uma empresa tenha apresentado saldo de imposto a recuperar de R\$ 40.000,00 e saldo de imposto a pagar de R\$ 23.900,00. Nessa situação, ao registrar a compensação tributária, para a finalidade de quitação de impostos a pagar de créditos inscritos em períodos anteriores, a empresa debitará a conta de imposto a recuperar e creditará a conta de impostos a pagar.
- 52 A contabilização da provisão para contingências judiciais aumenta o capital circulante líquido da empresa. No caso de se constatar que a perda é superior ao valor da provisão, há a necessidade de registrar a diferença em conta de resultado devedora.
- 53 De acordo com a nova estrutura conceitual da contabilidade, as empresas devem restringir o reconhecimento da receita aos itens que apresentem grau suficiente de certeza em relação à sua ocorrência e que possam ser determinados em bases confiáveis.
- 54 Um passivo decorrente de garantia de produto tem a contrapartida de uma conta de despesa. Esse fato ocorre porque, nessa situação, surge uma obrigação sem o correspondente reconhecimento de um ativo.
- 55 A baixa de mercadorias por doação proporciona um débito na demonstração do resultado do exercício e um crédito na conta de mercadorias, produzindo um fato modificativo sem a contrapartida em conta de receita.

Acerca das diversas perspectivas adotadas para a conceituação, a mensuração e a avaliação dos componentes patrimoniais e de resultado das empresas, julgue os itens seguintes.

- 56 Segundo o conceito financeiro de capital, o capital de uma empresa é representado pela sua situação patrimonial líquida.
- 57 A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o preço de contrato de venda firme em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. Nesse tipo de contrato, é vedado o ajuste das despesas adicionais que seriam diretamente atribuíveis à venda do ativo.
- 58 As projeções de fluxo de caixa até o fim da vida útil de um ativo devem ser estimadas por meio da soma das projeções de fluxo de caixa embasadas em orçamentos e previsões financeiras, utilizando-se, para isso, uma taxa positiva de crescimento igual ou superior ao da inflação para os anos subsequentes.
- 59 Como os fluxos de caixa futuros são estimados para o ativo em sua condição atual, na estimativa da composição de fluxos de caixa futuros o valor em uso deve contemplar as futuras saídas de caixa, a redução de gastos relacionados ou os benefícios que possam advir de futura reestruturação da entidade.
- 60 A fim de determinar adequadamente o valor recuperável de um ativo, é necessário realizar uma estimativa do valor em uso do ativo próxima de seu valor justo líquido de despesas de venda.
- 61 De acordo com o conceito físico de capital, capital é a capacidade produtiva fundamentada, por exemplo, nas unidades de produtos finalizadas diariamente.

data	operação	quantidade	unitário (R\$)	total (R\$)
1.º/2/2011	estoque inicial	10	120	1.200
9/2/2011	compra	8	115	920
13/2/2011	compra	6	118	708
20/2/2011	compra	7	113	791
28/2/2011	compra	3	121	363
28/2/2011	estoque final	4		

Com base na tabela acima, referente a uma empresa X, e nos métodos de controle de estoques, julgue os próximos itens.

- 62 Se o faturamento do período corresponder a R\$ 4.000,00 e forem adotados o UEPS (*last in, first out*), como critério de avaliação de estoques, e o sistema periódico, a empresa X auferirá lucro bruto de R\$ 3.500,00.
- 63 Se adotar a média ponderada, como critério de avaliação de estoques, e o sistema periódico, a empresa X registrará, ao final do período em análise, estoque final de mercadorias para revenda no valor de R\$ 502,00.
- 64 Caso a empresa X superestime equivocadamente o estoque final do período anterior (mês de janeiro) em R\$ 30,00, o valor do estoque final de fevereiro será subavaliado em R\$ 30,00, se for adotada a média ponderada.
- 65 Caso sejam adotados o PEPS (*first in, first out*), como critério de avaliação dos estoques, e o sistema periódico, a empresa X apresentará custo da mercadoria vendida igual a R\$ 3.506,00.

RASCUNHO

Com a alteração da norma contábil aplicável às empresas privadas, houve diversas modificações na estrutura das demonstrações contábeis e nos critérios de avaliação dos itens patrimoniais. Com relação à mensuração dos itens patrimoniais e de resultado e seus reflexos na evidenciação contábil, julgue os itens que se seguem.

- 66 Se o mercado para determinado instrumento financeiro não for ativo, a entidade estabelecerá o valor justo considerando o valor determinado pela última operação de compra e venda do respectivo ativo.
- 67 Para uma empresa, o valor específico (VE) corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa e uma entidade espera obter com o uso contínuo de um ativo e com sua manutenção ao final de sua vida útil.
- 68 Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando resulta de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.
- 69 Para o reconhecimento dos ativos intangíveis, a entidade deve apresentar documento comprobatório de compra e venda que fundamente o valor registrado, mesmo que a mensuração do custo tenha sido elaborada em função de estimativas prováveis.
- 70 O contrato de garantia financeira requer que o emissor efetue pagamentos predeterminados ao detentor para reembolsá-lo de perda ocasionada pela inadimplência de credor específico, de acordo com os termos do instrumento de dívida.
- 71 Os ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda não podem ser classificados como investimentos mantidos até o vencimento.

Julgue os itens subsequentes, relativos a características, finalidades, evidenciação das despesas públicas e seus reflexos na elaboração do orçamento público.

- 72 Independentemente de sua inclusão na lei de diretrizes orçamentárias, a reserva de contingência pode ser utilizada para abertura de créditos adicionais, compreendendo o volume de recursos destinados ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos, bem como os eventos fiscais imprevistos.
- 73 O deságio e as despesas com a remuneração real devida pela aplicação de capital de terceiros em títulos públicos devem ser classificados como despesa extraorçamentária.

Julgue os itens a seguir, no que se refere a características, finalidades, evidenciação das receitas públicas e seus reflexos na elaboração do orçamento.

- 74 Uma das formas de recebimento de dívida ativa é a incorporação de bens, tanto por adjudicação quanto por doação em pagamento. A receita relativa à dívida ativa tem caráter orçamentário e pertence ao exercício em que for realizada.
- 75 As contas de controle do compensado destinam-se ao registro da movimentação entre as unidades respectivas do ente público e seus saldos são transferidos ao próximo exercício, com exceção dos saldos dos processos encaminhados pelos órgãos ou unidades originárias do crédito e ainda pendentes de devolução pelos órgãos ou unidades competentes para inscrição.
- 76 Denomina-se anistia a exclusão do crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu. A anistia, contudo, não abrange o crédito tributário já em cobrança, em débito para com a Fazenda, cuja incidência também já tenha ocorrido.
- 77 Créditos presumidos são os créditos referentes a mercadorias e serviços que venham ser objeto de operações e prestações destinadas ao exterior.

Sabendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Licitações e Contratos interferem na gestão dos recursos públicos, refletindo em aspectos Contábeis, orçamentários e patrimoniais, julgue os itens seguintes.

- 78 Para se incluírem materiais no objeto de licitação de uma obra, deve-se especificar as quantidades desses materiais bem como as respectivas correspondências às previsões do projeto básico ou executivo dessa obra.
- 79 Uma das exigências para a realização de transferências voluntárias, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias é a existência de dotação específica.

No que se refere ao registro das operações típicas dos entes federativos mediante a utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), julgue os itens de **80 a 85**.

- 80 O princípio da entidade não se aplica ao ente público, devido à falta de autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.
- 81 A contabilidade pública brasileira diverge das normas internacionais de contabilidade pública no que se refere ao registro da dívida ativa. Atualmente, não há a constituição de um ajuste sobre os valores inscritos em dívida ativa.
- 82 A fim de atender ao que preconiza o princípio da atualização monetária, o setor público determinou que a atualização monetária compulsória deve ocorrer quando a inflação acumulada no triênio, medida com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC/IBGE), superar os 40%.
- 83 Para que os entes públicos obedeçam ao princípio do registro pelo valor original, é importante que os elementos patrimoniais sejam avaliados com suficiente regularidade, de maneira que o valor registrado não difira significativamente daquele que possa ser determinado utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do balanço.
- 84 Para o ente público atender ao princípio da oportunidade, a contabilidade não pode se restringir ao registro dos fatos decorrentes da execução orçamentária, devendo ela registrar tempestivamente todos os fatos que promovem alteração em seu patrimônio.
- 85 Sob a perspectiva do setor público, o princípio da continuidade está vinculado ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade do ente se dá enquanto perdurar sua finalidade.

Com base nas normas brasileiras para o exercício da auditoria interna, julgue os itens de **86 a 94**.

- 86 Considere que tenha sido realizada uma auditoria para verificar se os alimentos destinados à merenda escolar de determinada região haviam sido recebidos e utilizados pelas escolas de acordo com as rotinas estabelecidas e as finalidades do programa. Nessa situação, o exame realizado é do tipo teste substantivo, que visa à obtenção de evidência referente à suficiência, à exatidão e à validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.
- 87 A função da auditoria interna de uma entidade pode ser relevante para os auditores independentes, caso as atividades e as responsabilidades da auditoria interna tenham como referência os relatórios contábeis da entidade e os auditores independentes almejem utilizar esse trabalho para reduzir a extensão dos procedimentos a serem adotados.
- 88 O planejamento de trabalho da auditoria interna deve considerar, entre outros aspectos, a necessidade da contratação de especialistas. Caso seja autorizada essa contratação, a auditoria interna deverá transferir aos especialistas contratados a responsabilidade plena referente às conclusões e recomendações que formular no âmbito da respectiva área de atuação.

- 89 Uma das atividades que a função de auditoria interna pode executar é a revisão de conformidade com leis, regulamentos e outros requerimentos externos.
- 90 De acordo com o código de ética que rege os profissionais da contabilidade, um contador não pode exercer sua profissão caso reste comprovada incapacidade técnica no exercício de suas atividades. Além disso, cabe a todos os contadores cumprir os programas obrigatórios de educação continuada estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- 91 Caso um auditor transfira parcialmente a execução dos serviços que lhe foram contratados a outro profissional legalmente habilitado, a responsabilidade técnica sobre esse serviço também será transferida a esse outro profissional.
- 92 O atributo da convicção, considerado uma qualidade na elaboração de um relatório de auditoria, pressupõe que as evidências sejam relatadas de tal modo que manifestem as conclusões do auditor com total independência e sem nenhum compromisso ou preocupação com o partilhamento de opiniões e conclusões com os usuários do relatório.
- 93 A literatura acerca de contabilidade pública recomenda que os auditores internos se reportem ao conselho de administração das entidades na realização de auditorias. Essa orientação é aplicável, ainda, às entidades da administração indireta no Brasil. Na execução dessa importação, caso inexista órgão colegiado, a vinculação da auditoria interna deverá ocorrer com o presidente da entidade.
- 94 O assessoramento ao conselho fiscal ou órgão de atribuições semelhantes é de responsabilidade dos auditores independentes, sendo vedado aos auditores internos, sob pena de comprometimento de sua independência e imparcialidade.

A respeito das normas e dos procedimentos aplicáveis à auditoria no setor público federal, julgue os itens de **95 a 104**.

- 95 A ênfase na atuação preventiva e orientadora dos tribunais de contas se traduz em sua atribuição de alertar os diversos poderes e órgãos sobre fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou sobre indícios de irregularidades na gestão orçamentária.
- 96 A controladoria-Geral da União procede à análise dos processos de aposentadorias e pensões nos próprios órgãos auditados. Entre as vantagens de se realizar o trabalho no próprio órgão, destacam-se a maior quantidade de diligências e o encaminhamento de menor número de pareceres ao Tribunal de Contas da União.
- 97 De acordo com orientação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal aos servidores incumbidos dos trabalhos de auditoria, constatadas situações que requeiram esclarecimentos dos responsáveis pelas áreas auditadas, deverá ser feita prévia comunicação ao dirigente máximo da unidade ou entidade, o qual determinará ao responsável, se julgar necessário, sua manifestação a esse respeito.
- 98 As atividades precípuas do Sistema de Controle Interno não se restringem à verificação das despesas, estendendo-se às renúncias de receitas. A caracterização da renúncia implica a adoção de tratamento diferenciado, como, por exemplo, a concessão de isenção ou a redução de tributo em circunstâncias especiais ou especificamente para determinado grupo de contribuintes.

- 99 Para o planejamento das ações de controle, é relevante identificar os pontos críticos — indispensáveis e essenciais à viabilização dos objetivos pretendidos — na trajetória de desenvolvimento das ações governamentais e, após essa identificação, associar a esses pontos possíveis fragilidades. Nesse contexto, o fluxograma é um instrumento especialmente indicado para identificar processos, agentes e suas interações.
- 100 Durante o exame de campo, a constatação de situação que possa vir a causar prejuízo à fazenda pública — mas que seja passível de saneamento durante a realização dos trabalhos de auditoria — deve ser objeto de nota de auditoria, preferencialmente à sua inclusão no relatório, exceto por circunstâncias especiais, tais como resistência à adoção de medidas corretivas ou preventivas.
- 101 As avaliações efetuadas pelo Sistema de Controle Interno se apoiam em um conjunto de indicativos e indicadores que podem aferir a eficiência, a eficácia e a economicidade da gestão. A economicidade, configurada na relação entre benefício e custo, traduz-se na busca de uma minimização dessa relação, por meio da utilização do máximo de recursos disponíveis para a obtenção do mínimo desejável de produto.
- 102 As empresas estatais que, por disposição estatutária, contratarem empresas privadas de auditoria estão dispensadas de manter auditoria interna, cabendo a elas, nesse caso, a prestação de contas anuais.
- 103 As agências executivas e reguladoras não estão sujeitas a controle interno, sujeitando-se apenas ao controle exercido pela jurisdição dos tribunais de contas.
- 104 Caso a entidade auditada não disponha de registros e documentos suficientes e adequados, o auditor deverá emitir relatório circunstanciado justificando as razões de não opinar conclusivamente, ficando sobrestado o parecer para cumprimento de diligências.

Considerando os conceitos e as aplicações da auditoria, julgue os itens de **105 a 114**.

- 105 Asseguração razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, para efeito de emissão da opinião do auditor, corresponde a um nível elevado de segurança ou a um risco suficientemente baixo de uma opinião equivocada quando as demonstrações contiverem distorção relevante.
- 106 A necessidade de compatibilizar custo e benefício condiciona o auditor a limitar o tempo e os recursos a serem despendidos, o que reforça a importância de se realizar o planejamento dos trabalhos. Nesse planejamento, não é recomendável que o auditor baseie-se na premissa de que todas as informações ou registros contenham erros ou fraudes, até prova em contrário.
- 107 Denomina-se solicitação de confirmação negativa a solicitação por meio da qual o auditor requer a terceiro que confirme não ter realizado transações ou não ter pendências com a entidade auditada.
- 108 Considere que, em determinada escola, com o objetivo de testar a consistência da execução orçamentária e a fidedignidade dos demonstrativos, um auditor tenha relacionado, apropriadamente, o aumento do número de alunos com a variação dos gastos com a merenda escolar e as matrículas por série com a composição do material didático distribuído. Em face dessa situação, é correto afirmar que esse auditor aplicou procedimentos analíticos que incluem relações e comparações, contábeis ou não, produzidas pela entidade ou por terceiros.

- 109 Os papéis de trabalho incluídos no arquivo corrente, onde devem ser mantidos indefinidamente, incluem o resumo dos princípios contábeis utilizados pelo cliente e os manuais do plano de contas e de procedimentos.
- 110 Caso o risco de controle relativo a determinada conta seja alto, os procedimentos substantivos forneçam pouca segurança em relação à conta sob exame, e, por isso, seja adotada a amostragem de probabilidade proporcional ao tamanho, o teste deverá proporcionar maior segurança e o auditor especificará um alto risco de aceitação incorreta; por conseguinte, nessa situação, o tamanho da amostra será maior.
- 111 Entre os procedimentos de revisão analítica utilizáveis para constatação de evidências sobre contas a pagar, a constatação de variações relevantes e inesperadas nos prazos médios de pagamento e na liquidez corrente pode constituir indício de irregularidade, podendo o aumento em um ou outro desses indicadores revelar omissão de registro dessas obrigações.
- 112 Entre as recomendações fundamentais em matéria de contagem dos valores das disponibilidades, destacam-se as contagens sucessivas, que devem ser realizadas quando houver valores depositados em diferentes locais, a fim de que uma mesma equipe possa realizar o trabalho de modo uniforme.
- 113 Caso os eventos subsequentes de efeitos relevantes já tenham acontecido, mas não tenham sido objeto de ajuste nas demonstrações contábeis, deve-se mencioná-los no parecer do auditor, fazendo que constem, ainda, em nota explicativa.
- 114 Entende-se por inspeção física a técnica preferencialmente utilizada pela auditoria para a verificação da existência de bens da propriedade de uma empresa em poder de terceiros.

Com base na legislação tributária aplicada à administração pública, em particular na IN SRF n.º 480/2004 e suas alterações, julgue os itens que se seguem.

- 115 Os órgãos da administração direta dos estados não estão sujeitos à retenção do imposto de renda e das contribuições sociais sobre os pagamentos efetuados pelos órgãos e pelas entidades da União pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral.
- 116 As autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no âmbito do governo estadual, não estão sujeitas aos impostos e às contribuições federais incidentes sobre os bens fornecidos por órgãos e entidades sob controle da União.
- 117 Os tributos retidos pelos órgãos e entidades da estrutura da União, nos pagamentos pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, são compensáveis com os tributos devidos pelos beneficiários desses pagamentos, sendo, portanto, classificados no ativo circulante dos referidos beneficiários.

A respeito da legislação tributária aplicada à administração pública, em particular a IN SRP n.º 003/2005 e suas alterações, julgue os itens subsequentes.

- 118 São incluídos como contribuintes da Previdência Social, na condição de empresa, os órgãos e as entidades da administração pública direta ou indireta de todas as esferas, incluindo-se as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o controle do poder público e as fundações por ele mantidas.
- 119 O servidor estadual ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, sem vínculo permanente com a administração, é contribuinte facultativo da Previdência Social.
- 120 Tratando-se de órgão da administração direta do Estado, considera-se ocorrido o fato gerador da obrigação previdenciária principal nos meses de pagamento ou crédito de cada parcela do 13.º salário, e considera-se creditada a remuneração, por sua vez, quando reconhecida a despesa por meio da emissão do empenho.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Considere que determinado funcionário público, logo ao assumir o cargo de ordenador de despesas responsável pela gestão dos recursos das escolas do estado do Amazonas, tenha de tomar as medidas necessárias para a aquisição das hortaliças utilizadas no preparo da sopa da merenda servida aos alunos nas escolas e para o reparo do muro de determinada escola, orçado em torno de R\$45.000.

Considerando a situação hipotética acima e o disposto na Lei n.º 8.666/1993, que instituiu as normas para licitações e contratos da administração pública, redija um texto dissertativo, atendendo, necessariamente, ao que se pede a seguir.

- ▶ Cite e caracterize as modalidades de licitação existentes.
- ▶ Indique os procedimentos corretos a serem adotados pelo funcionário para a aquisição das hortaliças e para a execução da obra de reparo do muro da escola.

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	